
RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE: O DESEMPENHO MILITAR NA LÓGICA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS- GUERRA CONTRA ARTIGAS (1811-1820)

RELATIONS OF RECIPROCITY: THE MILITARY PERFORMANCE IN THE LOGIC OF RAISE OF RESOURCES - WAR AGAINST ARTIGAS (1811-1820)

Mariana Milbradt Corrêa
Graduanda em História
marianamilbradt@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo é um estudo de correspondências que narravam enfrentamentos armados durante o período relativo à Guerra contra Artigas (1811-1820) nos confins meridionais do Império Português na América. O trabalho é feito através da análise de correspondências pertencente ao *Fundo Guerra* do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Selecionamos ofícios em que os comandantes de campo narravam às vitórias obtidas contra as tropas de Artigas. Interrogamos as implicações da presença nesses relatos de uma exaltação dos comandantes e regimentos militares vitoriosos. Diante da *endemia bélica* que vivia essa região à época analisada, consideramos que um estudo dos sucessos militares, que permitiram ao Império Português se estender, conquistar e garantir o domínio de suas fronteiras é essencial para compreender uma das formas de conquista de poder nessa sociedade, e as relações que se fundavam no bom desempenho na guerra. Mais do que um procedimento comum, as consagrações presentes nas cartas parecem ter um sentido, inserindo-se em uma lógica de relações de reciprocidade, na qual a elite militar ao mesmo tempo em que lutava em nome de Sua Majestade e sustentava a fronteira do império português angariava para si terras e prestígio que permitiam a reprodução da mesma lógica regionalmente. Essa análise parte do projeto financiado pelo CNPQ: Potentados regionais, sociedade e construção do Estado no Brasil: um estudo a partir da fronteira meridional (1811-1865), coordenado por Luís A. Farinatti.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de reciprocidade. Cabedais militares. Guerra contra Artigas.

ABSTRACT: This article is a study of correspondences that describe armed clashes during the War against Artigas (1811-1820) in the southern reaches of the Portuguese Empire in America. The work is done through analysis of the correspondences belonging to the War Fund of the National Archives from Rio de Janeiro. We selected letters where field commanders recounted the victories against the troops of Artigas. We questioned the implications of the presence in those reports of exaltation from the victorious military commanders and regiments. In front of the endemic war* that this region lived at the analyzed time, we believe that a study of military successes, which allowed the Portuguese Empire extend, conquer and ensure mastery of its borders is essential to understand one of the ways of conquest of power in this society, and the relationships that were based on good performance in the war. More than a common procedure, the consecrations present in the letters seem to have a sense entering into a logic of relations of reciprocity, in which the military elite while fought on behalf of Your Majesty and held the frontier of the Portuguese empire garnered for themselves lands and prestige that allowed playback of the regionally logic. This analysis is inserted in the project funded by the CNPQ:

Strongholds regional, society and state-building in Brazil: a study from the southern border (1811-1865), coordinated by Luis A. Farinatti.

KEY-WORDS: Relations of reciprocity. Military leathers. War against Artigas.

Esse trabalho foi fundado na análise documental de correspondências pertencentes ao “Fundo Guerra” depositadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro¹ através de um exame experimental sugerimos um questionamento acerca do significado da presença em relatos dos sucessos militares de uma exaltação dos comandantes e regimentos militares responsáveis pela vitória. O trabalho foi pensado através de cento e quinze ofícios transcritos, que abordam o período entre 1814 a 1828, as cartas foram escritas no contexto das guerras contra Artigas e da Cisplatina, em geral nelas são retratadas questões relacionadas movimentação da tropa, de ordens do governo para os comandantes, questões fiscais relacionadas à guerra e relatos das batalhas e enfrentamentos armados na fronteira. Dessas transcrições selecionamos cerca de trinta ofícios entre o período de 1814 a 1820, as quais foram direcionadas ao governador da Capitania, bem como à Corte no Rio de Janeiro, pelos comandantes de campo relatando as vitórias contra Artigas. A seleção se centrou nesse período deixando de fora o restante dos relatos posteriores, referentes à Guerra da Cisplatina, pois a vitória contra Artigas possibilitou a construção de uma relação de consonância entre os militares da fronteira e a Corte, enquanto a derrota na Cisplatina acabaria por levar a uma reação bem diferente, nesse caso as discussões se centraram na busca pelos culpados pela derrota.

Portanto a base documental desse trabalho são as correspondências entre autoridades militares da fronteira e a corte, essa documentação tem seus limites, ela é marcada pelo seu caráter fragmentado, muitas vezes perdemos a linearidade dos relatos, sendo necessária a complementação bibliográfica. Outra problematização acerca da fonte é que esta acaba por colocar em evidencia o olhar da elite militar da fronteira, dando destaque a narrativa de enaltecimento aos oficiais superiores, no entanto com o devido cuidado essa mesma

¹ A pesquisa no Arquivo Nacional do Rio do Janeiro foi possibilitada pelo financiamento pelo CNPQ do projeto: Potentados regionais, sociedade e construção do Estado no Brasil: um estudo a partir da fronteira meridional (1811-1865).

percepção possibilita pensar as questões referentes à relação entre a corte, o governo e a elite militar da Capitania central a esse estudo.

O trabalho introdutoriamente aborda a conjuntura da guerra contra Artigas nos confins meridionais do império Luso-Brasileiro, e o caráter específico da organização do exército na Capitania de São Pedro do início do século XIX ressaltando o papel preponderante das milícias na guarda e ampliação da fronteira. Através da análise documental, da reflexão sobre a forma e o discurso presente nas correspondências, o estudo se volta ao questionamento dos enaltecimentos aos oficiais militares presentes nas cartas, inserindo os relatos de vitórias militares na lógica das relações de reciprocidade, em que ocorria negociação entre a corte e a elite guerreira da província através da noção da mercê. Por fim pensamos na trajetória de sucesso militar específica de Bento Manuel Ribeiro, colocando alguns aspectos da construção de seus recursos através do bom desempenho nas guerras do início do século.

A Guerra Contra Artigas e a Conquista Militar da Fronteira Meridional

O contexto histórico do desenvolvimento desse artigo é o de conflitos na Região do Prata nas duas primeiras décadas do século XIX. Perpassando a análise de aspectos da guerra contra Artigas e da incorporação da Cisplatina ao território luso-brasileiro.

Diante das disputas instauradas desde 1810, quando estouraram os diferentes projetos emancipatórios na Região do Prata, o Império português, que recentemente transpusera sua administração para território brasileiro, passou a tomar medidas para a reestruturação e ampliação do exército, em uma política que visava tanto a proteção do território já conquistado quanto de ampliação de suas fronteiras em direção aos campos da Banda Oriental, onde havia possibilidades de maior renda vinda da economia pecuarista. Ao mesmo tempo Buenos Aires tentando controlar o processo revolucionário no território do antigo vice-reinado do Prata tentava anexar a Região Oriental aos seus domínios. É nesse momento de instabilidade na região platina que José Gervasio Artigas sublevou a Banda Oriental.

Artigas reuniu em torno de si as chamadas classes perigosas, gaúchos, índios, escravos libertos e fugidos, desertores, que seguiam as ideias revolucionárias de reestruturação agrária. Seu projeto previa o desligamento com Buenos Aires e com a Espanha, ambicionando

incorporar a região de Missões, a Banda Oriental, Entre Rios e Corrientes. Assim o projeto não se chocou somente com os projetos de Buenos Aires e da Banda Oriental, mas colocou em dúvida as bases da sociedade hierárquica luso-brasileira. Assombrando a elite rio-grandense. (COMISSOLI, 2011)

Em 1811 Artigas sitiou Montevideo, o então governador da Capitania de São Pedro, o General Dom Diogo de Souza organizou então uma investida a Banda Oriental que conseguiu expulsar Artigas, seguindo as pretensões luso-brasileiras as tropas tinham a intensão de continuar na Banda Oriental sobre a justificativa da segurança da região, no entanto a pressão exercida por Buenos Aires intermediada pela embaixada britânica, fez com que as tropas se retirassem um ano depois. (ALADRÉN, 2008). Em 1815 Artigas voltou a atacar Montevideo, dessa vez, bem sucedido tomou a cidade, diante da situação os comerciantes e proprietários uruguaios pediram por uma nova intervenção portuguesa, que foi comandada pelo general Lecór. Dessa vez a expulsão de Artigas da cidade possibilitou a anexação de um bom número de terras na região que se estende entre os rios Quaraí e Arapeí, através do acordo de 1819 com o Cabildo de Montevideo (FARINATTI, A., 2010). Artigas, entretanto, continuou suas incursões em torno da região de Missões e da província de Corrientes, sendo considerado um dos grandes inimigos do império luso-brasileiro até que foi vencido na Batalha de Taquerambó em 1820 e se retirou para região de Corrientes. (COMISSOLI, 2011)

A região platina vivia uma verdadeira “endemia bélica” assim a guerra contra Artigas não seria nem o primeiro nem o último enfrentamento que a região da campanha viveria, à derrota de Artigas logo se seguiu um novo contexto de batalhas pela Cisplatina, mas essas administradas pelo recente império Brasileiro. No entanto os dois períodos tem continuidades marcantes, principalmente no que consta a formação militar, os veteranos das guerras da conquista e das batalhas contra Artigas seriam os grandes chefes políticos e militares do próximo período, tendo demonstrado seu valor na defesa da fronteira nas guerras precedentes.

Ao estudar os sucessos militares é necessário tomar cuidados referentes aos conceitos de uma nova história militar que amplia a visão do fato militar para tratar das relações entre os militares a sociedade, a economia e a política. Nesse sentido a historiografia vem complexificando às análises anteriores a respeito do recrutamento e a resistência, bem como da relação entre potentados locais de autoridades militares e a Corte. Passando utilizar os

conceitos incorporados dos estudos relacionados à noção do “Antigo Regime nos Trópicos”, da discussão trazida por Antônio Manuel Hespanha sobre a percepção de uma cultura política corporativa de Antigo Regime pautada na mercê. Esses estudos veem na mercê e no serviço ao rei um vínculo entre a corte e a periferia, que colocam o serviço às armas como ponto de intersecção de negociação importante na lógica de relações de reciprocidade horizontais entre a corte e os súditos. (LUFT, 2013).

A estrutura jurídico-política corporativa que se prolongou durante um período bastante longo em Portugal, compelia o rei ao “respeito da justiça, este ficava obrigado a observar o direito, quer enquanto conjunto de comandos (dever de obediência à lei) quer quanto instância geradora de privilégios (dever de respeito aos direitos adquiridos).” (XAVIER; HESPANHA, 1998, p.122). No corporativismo a sociedade era tida como naturalmente hierárquica, nesse caso o Estado operava através da noção da graça, em que há uma relação de troca entre o Rei que concede a mercê e os particulares que prestam um serviço e atuam em nome do Estado. Se durante boa parte da Idade medieval havia a divisão em três ordens: clero nobreza e povo, com a sociedade moderna, principalmente com as reformas pombalinas, essa estrutura se tornou mais complexa, havendo a ampliação da nobreza e dos “estados privilegiados” (XAVIER; HESPANHA, 1993, p.121). Quanto à economia boa parte dos recursos materiais não circulava diretamente pelo mercado, mas estavam sujeitas a relações de reciprocidade que não só sujeitavam a economia como também a política do período. (HESPANHA, 1998) (HESPANHA, 2003).

Nesse sentido a vinda da família real para o Brasil foi um momento em que a aliança entre a corte e as elites locais pode se solidificar “pois abria espaço para a premiação de súditos leais com o oferecimento de um dos muitos novos postos criados, que conferiam poder (e rendas, também!)” (LUFT, 2013, p.61). A oferta de títulos nobiliárquicos por Dom João VI com a chegada da corte no Rio de Janeiro foi outra característica marcante na ampliação da relação entre a Corte o poder local. (LUFT, 2013)

A estrutura militar portuguesa era formada pelo exército regular profissional de primeira linha; pelas Ordenanças, formada moradores, sesmeiros e povoadores, também denominadas milícias; e a irregular, não prevista na legislação organizada pelos próprios povoadores. As milícias formaram uma força de 2ª linha permanente, sua função era de

auxílio ao exército regular. Na conquista da fronteira meridional as milícias tiveram um papel preponderante, existindo “mais unidades de 2ª linha do que de 1ª linha” (RIBEIRO, 2005, p.27) no Rio Grande do Sul, a conquista dessa fronteira exigiu de seus habitantes a convivência com a guerra, a população foi comumente requisitada ao serviço das armas tanto no exército regular como principalmente nas forças auxiliares do exército. (RIBEIRO, 2005)

Esse ponto é fundamental para compreender esse espaço de negociação entre o centro e a periferia do império. O papel das organizações militares auxiliares na conquista do sul da América lusa. Contando com poucos recursos e um grande território para cobrir a Coroa não podia prover um exército oficial suficiente para as lutas na fronteira. Assim desde os princípios da colonização a principal força que o império poderia contar era formada por milícias, ordenanças comandadas pelas autoridades locais que possuíam relacionamentos fundamentais à Coroa:

“...Com os poucos recursos que a coroa tinha, mesmo trazendo um regimento de infantaria para o conflito, as forças que os grandes proprietários comandavam eram primordiais, conduzindo um número expressivo de homens com base em suas relações pessoais. É que eles detinham o “cabedal militar”, uma série de recursos que seus subordinados não possuíam, podendo ser elementos, terras, dinheiro, o emprego da mão de obra quando fosse necessário ou até mesmo uma isenção no recrutamento. A dispensa desses recursos aos seus subordinados os deixava em dívida, que deveria ser paga com os que estes dispunham. Um deles era a sua capacidade guerreira. Convencendo os seus devedores a ir pelear, os líderes contraíam mais uma dívida com aqueles: Recompensar o sacrifício de seus seguidores, seja com o sustento destes durante todo o tempo do conflito (cavalos, fardamento, alimentação), seja com presas de guerra, como cabeças de gado e objetos dos soldados mortos. O pagamento em dia dos débitos garantia a continuidade da relação e ampliava a liderança do potentado, a qual poderia ser cooptado para Coroa para seus propósitos, fazendo com que esses senhores se transformassem em intermédios entre o Estado monárquico e a população local (COMISSOLI, 2011). A aliança poderia dar-se pela inclusão desses contingentes em regimentos oficiais, concedendo postos aos líderes, os quais reforçariam seu poder e prestígio, ou mesmo pela permissão de atividades ilícitas, como contrabando.” (LUFT, p.62. 2013)

É através da concepção de que o cargo militar conferia prestígio ao seu detentor permitindo a reprodução das redes clientelares dos homens que formavam essa elite militar que se centra esse estudo. Dessa forma a guerra contra Artigas foi um período importante na

distribuição de cargos militares e na formação de potentados locais na então Capitania de São Pedro.

“Em nome dos valorosos homens que defendem essa fronteira”: Uma Análise Documental dos Sucessos Militares.

A análise da correspondência desse período sugere que havia um método compartilhado pelas lideranças militares que relatavam os enfrentamentos na Província de São Pedro, em especial as batalhas vitoriosas. Nesse sentido as cartas não eram apenas informativas das batalhas, mas sim um reconhecimento de quem eram os *valorosos homens* que se empenhavam na defesa do território português contra os *insurgentes* artiguenhos que *hostilizavam* a fronteira. O estudo possibilitou perceber quatro pontos marcantes nas cartas referente à como a narrativa possibilita pensar na distribuição de benesses pela Coroa em nome do prestígio conquistado na guerra.

O primeiro ponto que merece destaque são as constatações feitas pelos comandantes, que indicam à noção de um dever compartilhado, que se cumpre através de fazer levar a Sua Majestade Imperial os nomes essenciais a vitória. Assim um conjunto de cartas enviadas para Thomas Antônio de Vila Nova Portugal, encarregado das pastas da guerra no Rio de Janeiro nos permite visualizar esse aspecto:

“Eu devo fazer público para conhecimento de V.Exa. a (?)dos Oficiais (?) inferiores e Soldados do Regimento de Dragões e Milícias do Rio Pardo, que tive a honra de comandar naquela ocasião: estes corpos parecem ter direito a um pequeno sinal de conceito em que os deve ter a Real pessoa de Sua Majestade: Por esta (esta) recompensa eu serei o primeiro a pagar com eles a mais generosa ação que os portugueses avaliam sobre todas as beneficias.” (Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, 22.10.1818. Arquivo Nacional)
“Julgo ao meu dever levar ao conhecimento de V.Exa. para que possa subir ao conhecimento à Augusta Presença de Sua Majestade El Rei Nosso Senhor o nome dos oficiais que se fizeram recomendáveis pelo seu valor e conduta tanto no dia das ações, como nas marchas noturnas, conservando a tropa de seu comando em muito boa ordem e disciplina.” (Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 04.11.1819. Arquivo Nacional)
“Eu faltaria ao meu dever se não levasse a presença de V. Exa. o merecimento geralmente de todos os oficiais, oficiais inferiores, soldados, de

que se compunha a coluna da Vanguarda” (Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 22.10.1818. Arquivo Nacional .)

“Faltaria com o meu dever se não recomendasse a V. Exa. a conduta do Capitão Bento GLz.(sic)em estas duas ações de tanta glória para as Armas de Sua Majestade.”(Série Guerra, Félix José, 24.07.1818. Arquivo Nacional.)

Como se pode notar a referencia a um “dever” do comandante que não pode ser faltado sobre pena de faltar também com sua função como Comandante da Tropa, não só responsável pelas ordens no campo de batalha, mas pelo intermédio entre os regimentos e militares e o governo. Ele é o encarregado de “fazer subir”, esse é um dever, mas também é um poder, pois por ele perpassa uma dimensão importante da incorporação de recursos dos seus companheiros de armas. Assim os trechos citados deixam claro que fazer referência ao merecimento dos guerreiros era uma obrigação compartilhada. Resta pensar quem eram esses que mereciam ter seus nomes lembrados e levados à presença de Sua Majestade.

Aqui entramos no nosso segundo ponto de análise o enaltecimento que se refere à tropa como um todo, a todos os oficiais que lutaram em nome de *Sua Majestade*:

“Em breves momentos se decidiu a ação: por que os inimigos sendo atacados impetuosamente com aquela bravura que forma o caráter desta Tropa foram prontamente repelidos, e dando costas procuraram escapar-se em precipitada fuga.” (Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 22.10.1818. Arquivo Nacional.)

“Travou-se um continuado fogo de ambas as partes; e o inimigo não podia resistir a bravura dos nobres soldados flanqueadores.”(Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, 22.10.1818. Arquivo Nacional.)

“E dando o Inimigo sinal de combate marchou impetuosamente a atacar a nossa Coluna, que acabava de se desenvolver da ordem de coluna à de batalha. A nossa tropa animada de glorioso entusiasmo, e sem antecipada previsão brandiu em altas vozes: - Viva ao Rei Nosso Senhor e morrão os inimigos- e depois de uma única descarga atacar o inimigo com espada na mão com tão violento impulso e regular ordem que por poucos instantes teve inicio o combate porque o inimigo começando a perder terreno e finalmente desanimado, terminou a ação em desordenada fuga, e sendo perseguido (?) (?) distancia.” (Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 04.11.1819. Arquivo Nacional.)

Os trechos que trouxemos trazem um tom romanesco de narração batalha, em que a tropa parece um único corpo que com sua organização, com seu espírito de bravura, com sua

lealdade a Majestade Imperial faz com que o inimigo, *frágil* em suas convicções, não seja capaz de ter outra atitude além de demandar em fuga. Mas o que faz esses homens permanecerem unidos, bravos e persistentes é a atuação fundamental dos seus comandantes. Aqui temos o terceiro ponto de nossa análise o enaltecimento referente aos principais oficiais da batalha.

As correspondências traziam duas formas de referências aos oficiais de destaque, as constatações presentes no corpo da carta e as em destaque no fim. Ponto importante é que a apresentação dos nomes aparece como recomendação, em que a sugestão da recompensa parece clara. Assim, no corpo de uma mesma carta, podem ser encontrar referências aos líderes militares da seguinte forma: “Bento Manuel desempenhou a sua comissão tão pronta e sabiamente como costuma.”; “O Marechal João de Deus, General de reconhecido prestígio”; “O Marechal Joaquim de Oliveira Alvares, General ativo, e desembaraçado”; “o Coronel Joaquim Mariano, oficial de muito merecimento.” (Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, 22.10.1818. Arquivo Nacional.) Enquanto que no final da carta se encontram referências como esta:

“Eu recomendo a V. Exa. com particular distinção ao Tenente Coronel de Dragões Sebastião Barreto Pereira Pinto o capitão do mesmo Corpo que serve de Mandante Gaspar Francisco Menna e em Milícias do Rio Pardo, o Tenente Coronel agregado Francisco Barreto Pereira Pinto e o Sargento-mor Bento Manuel Ribeiro. Todos esses oficiais são dignos da maior atenção, tanto merecedores da recomendação de V. Exa. a augusta pessoa de S. Majestade. O capitão graduado do Regimento de Dragões Jose Luiz Menna Barreto empregando as (?) ordens de conhecimento de V.Exa. (?) sua atividade reconhecido calor que tem provado na presente guerra, digne-se também V.Exa. leva-lo a presença de S. Majestade.” (Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, 22.10.1818. Arquivo Nacional)

Parece o enaltecimento a esses homens seja um dos principais deveres do Comandante, ele é o mediador, aquele que recomenda os merecedores da atenção e da graça imperial. Essa era a oportunidade para os oficiais de através de suas ações em guerra terem o nome levado as mais altas instâncias administrativas. Nesse sentido, as cartas parecem ainda deixar espaço a uma hierarquização no próprio procedimento em que os nomes eram colocados, na medida em que parecia haver uma percepção comum de que a ordem que os

nomes eram posicionados fazia diferença. Assim aquele que conquistasse maior destaque em batalha deveria ter seu nome citado em primeiro lugar, o que fica bastante claro no seguinte trecho:

“Eu faltaria ao meu dever se não levasse a presença de V. Exa. o merecimento geralmente de todos os oficiais, oficiais inferiores, soldados, de que se compunha a coluna da Vanguarda: dificulosamente se poderia indicar o nome de um, que por ser primeiro ofenderia com razão o capricho, e merecimento dos mais; por que todos tem igual direito a ser o primeiro nomeado.”(Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 22.10.1818. Arquivo Nacional.)

A passagem pode não ter feito menção a nenhum nome especial no espaço que geralmente se destinava a recomendação dos oficiais mercedores de atenção, no entanto todos os oficiais superiores de destaque tiveram sua devida menção no corpo da carta, adjetivados com aquelas referencias já analisadas que destacavam o valor desses homens que deviam ser lembrados, mesmo que nenhum viesse antes do outro.

Há ainda a presença de uma lista dos nomes dos comandantes e oficiais inferiores “dignos de atenção”. (Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, 22.10.1818. Arquivo Nacional) A alusão a esses oficiais em relação separada destaca o papel que essas referências tinham em um momento de distribuição de benesses, e que essas se estendiam hierarquicamente dos comandantes mais graduados até oficiais inferiores da tropa, conforme estavam também colocados os nomes na lista. Um nome que consta na lista é o do “Sargento-mor Bento Manuel Ribeiro” do Regimento de milícias do Rio Pardo, a análise da trajetória de Bento Manuel desenvolvida por Luís Augusto Farinatti (FARINATTI, B., 2010) pode ser importante para pensar como a constância desse nome nos ofícios pode ser evidencia da visibilidade que o comandante adquiriu durante a Cisplatina e a Farroupilha.

**“Bento Manuel desempenhou a sua comissão tão pronta e sabiamente como costuma.”:
Uma Trajetória de Sucesso Militar.**

As guerras de conquista da região da Campanha foram um momento de oportunidades para a “apropriação de recursos e construção de carreiras na guerra e na conquista” (FARINATTI, B., 2010, p.85). É nesse contexto que Bento Manuel Ribeiro fez sua carreira militar. Ele ingressou em 1811 como furriel de milícias, no período analisado subia de Tenente a Sargento-mor, e em 1823 foi nomeado Coronel. A rápida ascensão militar de Bento Manuel se deve em boa parte a construção de seu cabedal, da sua possibilidade de negociar tanto com o império quanto com os subalternos e aliados. (FARINATTI, B., 2010). A formação desses cabedais militares esta intimamente ligada com seus sucessos nos confrontos militares do período, e como se pode pensar na forma como o seu nome foi continuamente lembrado nos enfrentamentos do período.

Quando com 600 homens Bento Manuel em um ataque ao amanhecer venceu Frutuoso Riveira que pretendia se juntar a Artigas, essa foi à descrição feita de Bento Manuel que foi nesse caso o primeiro de todos a ser citado:

“O Sargento-mor Bento Manuel, que tem sabido constantemente meter em prática o seu reconhecido valor, e perfeito conhecimento do terreno em que faz a guerra, e se tem felicitado do mesmo desempenho de seus deveres nas diversas ocasiões em que tem sido empregado” (Série Guerra, Joaquim Xavier Curado, 04.11.1819. Arquivo Nacional)

A arrecadação de recursos e prestígio em batalha permitiu a oficiais como Bento Manuel um poder muito amplo na esfera social e política local:

“De outra parte, o fato de que o processo de apropriação de uma quantidade enorme de recursos materiais (terras, animais, fontes de água e energia) se deu pelos mecanismos da conquista e do apossamento, dotaram os comandantes militares de uma posição muito favorável no controle desses fluxos econômicos. A apropriação, circulação, concentração e redistribuição desses recursos materiais se fazia tanto por meios mercantis quanto (e, em um primeiro momento, principalmente) por mecanismos fora do mercado. Era o caso do apossamento de terras, da reivindicação e recebimento de sesmarias e outras formas de doação fundiária por parte das autoridades, das arreadas de gado, da distribuição de bens tomados aos inimigos. Em todos esses casos, os comandantes militares encontravam-se em um lugar nodal. Contudo, essa posição favorável tinha sua contra-face na necessidade de bem desempenhar as funções da guerra, da mediação local de conflitos, da

manutenção da ordem e da comunicação daquele mundo com os poderes imperiais. O que estava na base dessa configuração de duplo sentido era uma forma de administrar e organizar a expansão do império português, baseada, genericamente, na reciprocidade vertical entre os súditos e a Coroa. Ela estava consubstanciada, entre outros fatores, no prêmio dos serviços com a concessão de mercês. (FARINATTI, B., 2010. p.84)”

Vale ressaltar que um estudo mais aprofundado permite perceber o fundo das relações estruturadas a partir de relações de reciprocidade vertical e horizontal, que para além da prática militar, podem ser visualizadas a partir da complexa teia de relações que esses homens e suas famílias constituíam através de laços, que por exemplo podem ter sido consagrados pelo compadrio. (FARINATTI, B., 2010) (FARINATTI, 2012) que não serão aprofundadas nesse estudo.

Buscar nessas cartas como eram retratados esses homens que formaram a elite militar da fronteira parece uma etapa importante para a compreensão de como se construíam algumas relações que davam sustentação ao seu poderio. Vale trazer por fim duas ressalvas: a primeira é sobre como esses homens estavam dependentes de seu sucesso na guerra para a manutenção de “seu bom nome como guerreiros vencedores” (FARINATTI, B, 2010. p.90); a outra é o quanto era restrito esse círculo de afortunados, os quais conquistavam na guerra fortuna e nome. Para uma boa parcela dos combatentes restava uma posição subalterna, onde se reproduzia uma sociedade marcada por grandes desigualdades. (FARINATTI, B., 2010.)

Conclusões

Em um período de constante guerra, em que o projeto agrário de Artigas questionava as próprias bases da sociedade hierárquica luso-brasileira, eliminar o perigo artiguinho possibilitou aos homens que haviam se afirmado nas guerras de conquista ou ingressado no mundo militar daqueles primeiros anos do século XIX, confirmar mais uma vez seus serviços para com a coroa e principalmente para com seus interesses na fronteira.

A formação da estrutura militar colonial, que tinha nas milícias uma atribuição fundamental de mobilização para a defesa e para conquista, permitiu aos oficiais milicianos oportunidades de crescer não só na carreira militar, mas através do prestígio e recursos

conquistados na guerra, também puderam ampliar suas relações e recursos dentro do âmbito provincial o que tinha consequências na sua capacidade de negociar com o Império. Assim as consagrações presentes nas cartas parecem ter um sentido maior, podendo ser inseridas nessa lógica de relações de reciprocidade, na qual a elite militar ao mesmo tempo em que lutava em nome de Sua Majestade e sustentava a fronteira do império português angariava para si terras e títulos que permitiam a reprodução da mesma lógica regionalmente. Homens, que como Bento Manuel, fizeram sua fortuna e nome nessas guerras de conquista tiveram sua reputação constantemente levadas até o governo. Durante a Cisplatina, quando a situação não era tão favorável para o Império Brasileiro, comumente a lembrança das vitórias já conquistadas seriam utilizadas como outro recurso que esses homens adquiriram, como uma parte constituinte de seu cabedal, as vitórias eram também um lembrete para o Império que esses potentados tinham a capacidade de reunir em torno de si centenas de homens e de constituir uma força militar imprescindível. (FARINATTI, B., 2010)

Tentamos mostrar que é possível visualizar um método compartilhado nos ofícios de relatos de batalha, uma forma, e uma obrigação, que para além da narração do episódio nos permite trabalhar com noções que eram características daquela sociedade: A lógica da mercê, da distribuição de benesses por parte da coroa, do prestígio militar como parte de um patrimônio do oficial, da hierarquia como fator basilar naquela sociedade militarizada. Assim esse estudo é um passo na compreensão da constituição desses potentados locais, que nos permitem pensar de maneira mais ampla como interesses se articulavam na construção do Estado imperial brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. **Guerra, fronteira e liberdade: fuga de escravos e vivências de forros durante a campanha contra Artigas (Rio Grande de São Pedro, 1811-1820)**. Natal: Revista de Humanidades. UFRN. 2008.

COMISSOLI, Adriano (2011). **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808-c.1831)**. Rio de Janeiro: tese de doutorado PPGHIS-UFRJ. 2011.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. 1. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. v. 1. 520p .

_____. Cabedais Militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: Paulo Cesar Possamai. (Org.). **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, v. , p. 81-98.

_____. **A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)**. São Leopoldo. História Unisinos, 2012

HESPANHA, Antônio Manuel. O Antigo Regime (1620-1807). In: MATTOSO, José (Coord). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4.

_____. Pequenas Repúblicas, Grandes Estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

LUFT, B., Marcos Vinícios. "Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). **Dissertação** (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre. 2013

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria-RS: EDUFSM, 2005.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4.